

Educação comunitária para a participação na gestão democrática de Organização Não Governamental (Ong)

Deivis Perez¹

Resumo

Esta pesquisa examinou um caso de educação comunitária de cidadãos para a participação na gestão democrática de uma Organização Não Governamental (Ong). O problema delimitado foi: qual visão de Ong e quais concepções de educação comunitária e gestão democrática nortearam a educação de cidadãos para participação na gestão de uma Ong? A questão foi estudada considerando a perspectiva dos educadores e gestor da Ong que executaram o trabalho focalizado nesse estudo. Optou-se pela abordagem qualitativa de pesquisa e foram realizadas a revisão da literatura acadêmica, aplicação de questionários e entrevistas individuais e coletivas. Os resultados indicaram que a visão de Ong adotada foi aquela que é corrente no Brasil, em que essas organizações apresentam baixa politização e minimizam embates entre segmentos sociais. Essa abordagem pareceu contradizer a perspectiva de gestão democrática assumida que estimula a luta por direitos e engajamento na gestão da Ong e dos espaços públicos. As contradições entre as abordagens de Ong e gestão democrática, provavelmente, influenciaram a adoção de duas concepções de educação comunitária, sendo uma dedicada ao estímulo à autoajuda da comunidade na resolução dos seus problemas socioeconômicos e outra inspirada por Paulo Freire, que incentiva a mobilização popular para o questionamento da organização social burguesa.

Palavras-chave

Educação Comunitária. Gestão Democrática. Organização Não Governamental

1. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor no Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E-mail: prof.devisperez@hotmail.com.

Community education to participate in democratic management of a non-governmental organization (NGO)

Deivis Perez*

Abstract

This study examined an example of community education of citizens that aimed to encourage their participation in democratic management of a non-governmental organization (NGO). The research problems were based on the NGO perspective and the ideas of community education and democratic management that guides the education of citizens to participate in the management of this organization. This issue has been studied under the perspective of educators and managers of NGO who performed the work focused on this study. We opted for a qualitative approach with a review of academic literature, questionnaires and individual and group interviews. The results indicated that the perspective of NGO adopted is used in Brazil. These organizations have low politicization and minimize conflicts between social groups. This approach seemed to contradict the prospect of democratic management that encouraged the struggle for rights and engagement in the management of the NGO and public spaces. The contradictions between the approaches of NFO and democratic management probably influenced the adoption of two conceptions of community education. One is dedicated to promoting self-help community to solve their social and economic problems and other inspired by Paulo Freire, which encourages popular mobilization for the questioning of capitalist social organization.

Keywords

Community Education. Democratic Management. Non-Governmental Organizations.

* PhD in Education, Pontifical Catholic University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; professor, Post-Graduate Program in Psychology and Evolutive, Social and Scholar Psychology Department of the "Júlio de Mesquita Filho" São Paulo State University. E-mail: prof.devisperez@hotmail.com.

Introdução

Este artigo apresenta uma pesquisa que examinou questões pertinentes à educação comunitária de cidadãos para a gestão democrática de Organizações Não Governamentais (Ong). O estudo da temática enunciada foi realizado por meio de recolha, análise e discussão de dados relativos a uma experiência de educação comunitária de cidadãos para a participação ativa nos processos decisórios e na gestão de uma Ong sediada na região da grande São Paulo. Esse processo educativo comunitário foi planejado e desenvolvido por dois educadores sociais e pelo coordenador dessa Ong e consistiu na realização de um conjunto de reuniões abertas com os moradores residentes no entorno da organização, que tiveram como foco mobilizar pessoas para debater e estudar temas relacionados à gestão dos recursos comunitários e de organizações emergentes da sociedade civil. Em seguida, buscou-se estruturar e garantir a realização da gestão ativa e direta da Ong com a participação dos cidadãos da localidade.

O problema de pesquisa delimitado foi: qual a visão de Organização Não Governamental e quais as concepções teórico-práticas de educação comunitária e de gestão democrática que nortearam o processo educativo de cidadãos para a participação na implantação e realização da gestão de uma Ong? A questão foi estudada considerando a concepção dos educadores sociais e do gestor, que planejaram e executaram o processo de mobilização e educação que foi objeto deste estudo.

Antes do relato da pesquisa, é preciso informar que, em respeito ao compromisso ético assumido com os participantes, foi alterado o nome da Ong pesquisada para Ong Local e omitidas as informações que pudessem identificar o gestor e os educadores sociais que, voluntariamente, foram sujeitos deste estudo, sem qualquer prejuízo para o entendimento do

conjunto de dados e reflexões que emergiram da investigação.

É importante mencionar que, no Brasil, há diversos termos e siglas utilizadas que se referem a organizações criadas e mantidas por iniciativa da sociedade civil. As principais terminologias usadas são: Organizações Sociais (OS); Organizações da Sociedade Civil (OSC); Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL); Organizações Filantrópicas (OF); Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); Entidades Assistenciais (EA); Entidades Benéficas de Assistência Social (EBAS); além de Organizações Não Governamentais (Ongs) e outras menos correntes. Neste trabalho, adotamos a sigla Ong, porque representa, tanto no imaginário popular quanto na literatura especializada, o que se compreende por organizações da sociedade civil voltadas para o trabalho social em suas diferentes expressões e áreas (meio ambiente, educação, saúde, defesa de direitos etc.). Poderíamos utilizar a denominação “organização da sociedade civil”, mas ela costuma incluir os sindicatos de trabalhadores, as fundações empresariais, as escolas e as universidades comunitárias.

Esta pesquisa se insere no contexto de um projeto ampliado de estudos, que tem como objetivo compreender os processos formativos e a atividade laboral daqueles que militam e trabalham em Ongs. Anteriormente, foram desenvolvidos exames sobre a formação de um grupo específico de trabalhadores das Ongs – os professores (PEREZ, 2009) – e um estudo sobre as matrizes teóricas norteadoras das atividades nas Ongs (PEREZ, 2013). Entretanto, percebemos que era necessário compreender o alcance e as possibilidades de atuação dessas organizações para garantir o engajamento ativo de cidadãos em suas atividades, indo além do estudo dos aspectos laborais associados aos seus militantes e trabalhadores. Consideramos, então, que

era preciso identificar e analisar os referenciais teórico-metodológicos adotados em experiência de mobilização e estímulo da participação ativa da comunidade na gestão e decisão sobre os rumos a serem seguidos por uma Ong.

O interesse pela visão de Ong, educação comunitária e gestão democrática dos profissionais que atuaram na mobilização de cidadãos para a administração das atividades de uma Ong, justifica-se pela ampliação da relevância e presença, na sociedade, dessa modalidade de organização. De acordo com pesquisa divulgada no final de 2012, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia, no país, em 2010, mais de duzentas e noventa mil Ongs, que empregavam mais de dois milhões e cem mil trabalhadores. Além das pessoas que possuem vínculo empregatício formal, estima-se que 16% da população economicamente ativa do Brasil atua, voluntariamente, todos os anos nessas organizações. É preciso notar, ainda, que as ações das Ongs e dos seus trabalhadores e militantes estão relacionadas a campos tão distintos e estratégicos quanto à educação, cultura, saúde, assistência social, esporte, comunicação, pesquisa, lazer, entre outros.

A temática da pesquisa pareceu pertinente também em função de as organizações brasileiras, a partir dos anos 1990 e início do século XXI, terem passado a atuar de modo análogo a empresas privadas, tratando os cidadãos como clientes a serem atendidos, competindo por recursos financeiros públicos e privados e adotando modelos centralizados e personalistas de gestão, o que afastou a população das possibilidades de participação democrática e efetiva nas decisões acerca dos rumos dessas organizações que, conforme o modo como são nomeadas sinaliza, emergiram e se estruturaram a partir da articulação de segmentos da própria sociedade civil e possuem alto potencial de estimular a mobilização comunitária. O caso que estudamos pretendia,

supostamente, seguir no sentido contrário àquele observado contemporaneamente nas Ongs brasileiras, ao buscar educar, estimular e mobilizar a comunidade local para conduzir o processo gestonário da organização. Atentos à questão e preocupados com a necessidade de produzir saberes acadêmicos por meio do registro e do exame de experiência que, hipoteticamente, estimulava a participação ativa e direta de cidadãos nas atividades de uma Ong, é que optamos pela realização da pesquisa.

Este artigo está organizado em quatro subseções, além desta introdução e das considerações finais, em que abordamos, sucessivamente: a) a perspectiva metodológica e o contexto de recolha dos dados; b) a visão de Ongs; c) a concepção de educação comunitária; d) a concepção de gestão democrática.

Metodologia de pesquisa e contexto de recolha dos dados

No tocante à metodologia, optou-se pela realização de pesquisa qualitativa, em que os dados coletados são mais descritivos e captam o discurso e a percepção das pessoas sobre um problema ou situação. Corroborou com essa opção a indicação de Chizzotti, segundo o qual a adoção da abordagem qualitativa deve ocorrer nos casos em que o pesquisador considerar que

o mundo deriva da compreensão que as pessoas constroem no contato com a realidade nas diferentes interações humanas e sociais (CHIZZOTTI, 2010, p. 69).

A partir dos aspectos acima mencionados e dos diferentes tipos de pesquisa qualitativa, decidiu-se pela realização de um estudo de caso, que caracteriza-se por ser um “estudo em profundidade de um fenômeno, com ênfase na sua singularidade” (ANDRÉ, 2003, p. 19). Nesta pesquisa, foi realizado o que Stake (1995 apud ANDRÉ, 2003) nomeou estudo de caso instrumental, em que o interesse é o exame de

um tema amplo, que a análise de um caso em particular ajudará a elucidar. As indicações de Stake vieram ao encontro do que se pretendia na pesquisa, que era conhecer a visão de Ong e os referenciais teóricos de educação comunitária e gestão democrática adotados em um caso de mobilização de pessoas para a participação na gestão de uma Ong.

Finalmente, definiram-se os instrumentos de recolha dos dados, que foram: revisão crítica da literatura pertinente ao tema; aplicação de questionários abertos de caráter exploratório; entrevistas individuais e coletivas de tipo semidiretivas com educadores e gestor da Ong Local. O questionário com perguntas abertas colocou o pesquisador em contato com o universo geral das reflexões dos participantes da pesquisa em relação à temática analisada e permitiu registrar o perfil caracterizador dos voluntários. A entrevista foi adotada porque é um instrumento básico da pesquisa qualitativa (ANDRÉ, 1986) e permite ao entrevistado discorrer sobre o tema sugerido, a partir de suas vivências e percepções. Foi utilizada a entrevista de tipo semidiretiva, que

é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas. (TRIVIÑOS, 1995, p. 146).

Os três sujeitos da pesquisa, que contribuíram voluntariamente, foram dois educadores sociais da Ong Local (doravante educador “A” e educador “B”) e o profissional responsável pela sua coordenação e gestão (aqui chamado “gestor da Ong Local”), que também atuou no processo de educação comunitária em tela. Os participantes da pesquisa tinham as seguintes características: os três voluntários eram do sexo masculino; cursaram ensino superior no campo das ciências humanas, sendo o educador A, pedagogo; o educador B, psicólogo; e o gestor, pedagogo. Todos eles realizaram a graduação em faculdade

ou centro universitário privado. No momento da recolha de dados, o educador A tinha 42 anos; o educador B somava 33 anos; e o coordenador estava com 39 anos. Ainda, os três participantes do estudo eram funcionários da Ong Local, submetidos ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A Ong Local foi criada há nove anos e instalada na comunidade por uma instituição religiosa, que se desvinculou gradualmente da sua gestão e custeio de suas atividades. Atualmente, a organização atua no campo da educação de crianças e jovens, em ações de reforço da educação escolar e na oferta de cursos livres profissionalizantes para adolescentes e jovens. O trabalho de mobilização e educação comunitária foi desenvolvido no ano de 2013, tendo se estendido por cinco meses (abril a agosto) e foi composto por dezesseis reuniões comunitárias, realizadas aos sábados, em período integral (três horas pela manhã e outras três horas no período da tarde). Os dados foram recolhidos na Ong Local, após a conclusão do processo educativo comunitário, em três fases, conforme descrito abaixo.

Fase 1 – aplicação de questionário aberto, que permitiu aos voluntários registrarem em linguagem escrita as suas visões sobre as Ongs e quais as suas concepções de gestão democrática e educação comunitária que referenciam a mobilização e a educação dos cidadãos para a participação na gestão da Ong Local. Após a aplicação, os questionários foram analisados pelo pesquisador, que identificou os aspectos que demandavam aprofundamento ou esclarecimentos por cada voluntário.

Fase 2 – entrevista individual – o exame inicial dos questionários subsidiou a elaboração dos roteiros das entrevistas individuais semidiretivas, que organizaram o diálogo entre o pesquisador e cada voluntário, enfatizando os aspectos relevantes para o alcance dos objetivos da pesquisa. O foco dessa segunda fase era garantir que cada voluntário pudesse expor as suas percepções e as concepções

sobre Ong, gestão democrática e educação comunitária, que subsidiaram o trabalho com as pessoas da comunidade em que a Ong Local estava inserida. As entrevistas individuais foram registradas em áudio pelo pesquisador.

Fase 3 – entrevista coletiva – o roteiro da entrevista coletiva foi elaborado considerando os dados obtidos nas fases anteriores. Durante a entrevista conjunta com os três voluntários, o pesquisador atuou como um mediador do diálogo entre eles. O objetivo era criar um espaço dialógico, que permitisse emergir o plurilogismo e aprofundar as análises, por parte dos próprios educadores sociais e gestor, acerca das concepções adotadas no trabalho que foi focalizado pela pesquisa. Essa fase também foi registrada em áudio.

A análise das informações recolhidas foi realizada a partir da circunscrição de dados e referências denominadas empíricas, que são aquelas provenientes do campo de pesquisa. Em seguida, buscamos os aportes teóricos, que permitiram articular o conteúdo levantado em campo à literatura acadêmica, em especial, às teorias sobre a definição e a compreensão de Ongs, educação comunitária e gestão democrática. Dessa forma, evitamos delimitar referências analíticas *a priori*, antes do contato com os sujeitos da pesquisa, de modo que as vozes dos educadores e do gestor, participantes do estudo, de fato, norteassem o entendimento do problema examinado. No tocante à realização deste relato de pesquisa, foram selecionados trechos representativos das entrevistas ou dos registros escritos obtidos nos questionários, seguidos do exame dos dados de campo, considerando a literatura acadêmica pertinente.

Visão de Organizações Não Governamentais

Nesta seção, relatamos as definições de Ong que emergiram das informações recolhidas. Inicialmente, buscou-se identificar

a visão dos voluntários sobre o surgimento da expressão ou nomenclatura “Organização Não Governamental”. O educador B apresentou a seguinte perspectiva:

Eu acredito que o nome Organização Não Governamental ou Ong surgiu há tempos, talvez para diferenciar as organizações dos movimentos sociais dos anos sessenta (1960), que foi uma fase de agitação e com muitos grupos populares institucionalmente organizados, convivendo com movimentos espontâneos no mundo todo. No Brasil, eu sei que as Ongs são mais recentes, talvez sejam do início dos anos oitenta (1980) e com maior força somente lá para os anos noventa (1990). (Educador B, Entrevista Semidiretiva, 2013).

A visão do educador B sobre as origens históricas do termo Ong foi corroborada pelos testemunhos dos demais entrevistados:

eu já li algumas vezes que a sigla Ong, para dar nome às organizações civis, vem dos Estados Unidos (da América), por conta dos movimentos que pressionavam o governo de lá nos anos 1960. (Educador A, 2013).

De fato, conforme os entrevistados afirmaram, o conceito de Ong, bem como as matrizes teóricas e práticas sobre associativismo civil que orientam as ações dessas organizações, tem sido alvo de controvérsia entre os ativistas e autores que discutem o tema. A despeito disso, pode-se considerar que a denominação Organização Não Governamental parece ter sido criada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Grande Guerra, para nomear e definir o papel de organismos que representavam setores da sociedade não vinculados aos governos e às empresas privadas. As organizações daquele período histórico, que a ONU nomeou de Ongs, atuavam na área da saúde, em lutas pela democracia e pela garantia dos direitos políticos, sociais e econômicos e no apoio a reivindicações de paz ou campanhas contra

guerras que países centrais do capitalismo declaravam contra os países periféricos a esse regime socioeconômico.

No Brasil, as primeiras Ongs, concebidas como instituições de associação de cidadãos e de expressão da organização da sociedade civil, teriam surgido para apoiar o combate à ditadura civil-militar, próximas dos movimentos sociais tradicionais dos anos 1960 e 1970 (GOHN, 2001). Em sintonia com o que afirmou o educador B, foi a partir de meados da década de 1980 – e com maior ênfase nos anos 1990 – que as Ongs ganharam força, se afastaram dos movimentos sociais tradicionais e passaram a compor e configurar um campo próprio de atuação com características políticas, organizativas e de relacionamento com os cidadãos bastante distintas das observadas em décadas anteriores.

Especificamente acerca da visão ou concepção de Ongs e do papel social dessas organizações em nosso país, os sujeitos participantes da pesquisa sinalizaram que:

as Ongs têm um perfil muito variado no Brasil. Cada uma atende a um tipo de público ou se dedica a uma causa específica. Não há unidade de ações ou um foco para as atividades da totalidade das Ongs. (Gestor da Ong Local, 2013).

Ainda, emergiu dos dados de campo que as Ongs eram percebidas como

espaços para as pessoas se reunirem e realizarem o que o Estado não sabe fazer e que as empresas não querem fazer. As Ongs oferecem para a população serviços de qualidade melhor que o Estado, gastando menos, e são capazes de usar técnicas de gestão das empresas a favor das pessoas ou de uma causa. São essas coisas que definem e caracterizam as Ongs. (Educador A, Entrevista Semidiretiva, 2013).

É importante citar que, apesar de não deixarem de abordar as temáticas propostas, os entrevistados se mostraram reticentes, no

diálogo estabelecido na entrevista coletiva, sobre o papel social das Ongs. O que surgiu foi um conjunto de impressões sobre a delimitação e a relevância das Ongs que, em síntese, aponta que essas organizações são espaços de oferta de serviços aos cidadãos que, supostamente, os governos municipal, estadual e federal seriam incapazes de oferecer com alto nível de qualidade e em áreas ou setores nos quais as empresas não desejam atuar. Os educadores e o gestor da Ong Local sinalizaram, na entrevista coletiva, que as Ongs brasileiras se consolidaram como lócus de oferta de serviços à população, em especial, aos segmentos empobrecidos, em função da hipotética incompetência estatal e ausência de preocupação do empresariado pela dimensão social.

A literatura acadêmico-científica mostra que o papel e a identidade das Ongs atuais foram fortemente influenciados pelas alterações políticas e econômicas observadas em fins do século XX. Entre as transformações desse período que contribuíram para o atual perfil das Ongs brasileiras, está o movimento neoliberal pela minimização do Estado articulado à redução de oportunidades de acesso da população aos serviços do Estado do Bem-Estar Social (educação, saúde e assistência social). Então, as Ongs passaram a trabalhar, com grande ênfase, na criação e oferta de serviços. As políticas públicas de caráter neoliberal, especialmente aquelas efetivadas no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), e o processo de globalização levaram o país à privatização de diversos setores, antes sob o controle estatal, tais como: o ensino superior, parte da educação infantil, a telefonia fixa e móvel e as telecomunicações, o transporte público de massa sobre trilhos e a saúde reparativa, entre diversos outros. As áreas voltadas para as parcelas da população que possuíam recursos para custear os serviços desejados (telefonia, telecomunicações, ensino superior e parte dos serviços dedicados à reparação da saúde)

acabaram sendo absorvidas pela iniciativa privada.

Os segmentos que não apresentavam perspectiva de retorno financeiro significativo para o setor privado, como a alfabetização de adultos, a educação infantil e a prevenção, promoção e reparação de saúde das camadas empobrecidas da população continuaram sob a responsabilidade do Estado, que identificou nas Ongs as parceiras adequadas para transferir recursos e assumir a prestação de serviços ou substituir atividades próprias dele. Tratou-se de um período de fortalecimento dessas organizações, sustentado pela necessidade de atendimento aos grupos populacionais pauperizados e, principalmente, fundado na crescentes desresponsabilização estatal em relação à garantia de direitos e oferta de serviços básicos à população ao longo da chamada “Era FHC”.

Nas entrevistas com os voluntários da pesquisa, há referências sobre a relevância do estabelecimento de parcerias entre Ongs e Estado na prestação de serviços à população. Entretanto, não se observou uma perspectiva crítica acerca da transferência das responsabilidades estatais para as Ongs na prestação de serviços à população. Ao contrário, os entrevistados consideraram que se trata de um processo altamente positivo para as Ongs, que podem manter suas atividades, para o Estado, que atenderia os cidadãos de modo mais rápido e ágil, e para a população, que teria acesso aos serviços que necessita.

Além dos aspectos acima citados, o perfil das Ongs brasileiras foi marcado, em grande parte, pelas origens de cada organização. No Brasil, há Ongs que surgiram de movimentos ligados à direita conservadora; outras nasceram de movimentos sociais críticos e combativos ao Estado, em especial no período ditatorial; ainda, de grupos religiosos (protestantes, católicos, espíritas); e, recentemente, do movimento chamado “responsabilidade social”, que levou a iniciativa privada a apoiar financeiramente

Ongs e a criar institutos e fundações ligadas ao que se denomina “Terceiro Setor”.

Há estudiosos que ponderam que as Ongs seriam a expressão da busca empreendida pela sociedade civil, no sentido de “assumir diretamente a solução de alguns dos seus problemas, sem esperar que o faça o Estado, ou a mão invisível do setor empresarial” (DOWBOR, 2001, p. 63). Esse tipo de visão sobre o papel social das Ongs surgiu de modo recorrente nas entrevistas que realizamos com os profissionais da Ong Local. Eles defenderam o protagonismo no processo de mobilização dos cidadãos no sentido da resolução de problemas, o que conferiria a essas organizações um caráter de indispensabilidade para a população brasileira nos dias correntes.

Acerca da possível reduzida politização que caracterizaria as Ongs atuais, em função da necessidade de estabelecer parcerias com órgãos estatais e, também, devido à dependência de recursos oferecidos pela iniciativa privada, os entrevistados apontaram que

a questão não é politizar o debate. As Ongs se preocupam com temas como o combate à corrupção; a solidariedade e a garantia de direitos civis. Também é importante atender as necessidades da população, todos juntos, governo, empresas, Ongs, movimentos sociais. (Gestor da Ong Local, Entrevista Semidirética, 2013).

A perspectiva do Gestor da Ong Local é partilhada pelos educadores A e B, que também sinalizaram que essas organizações têm como papel central atuar em parceria com empresas e Estado:

acredito que o Brasil está e sempre esteve muito dividido. Não me agrada essa ênfase na oposição entre ricos e pobres, empresas e Ongs, governante X melhor ou pior que o governante Y. O melhor é todos atuarem juntos e revolverem os problemas do país. (Educador B, 2013).

Os depoimentos dos voluntários da pesquisa parecem reforçar o que afirma Gohn (2005), para quem as Ongs brasileiras atuais têm perfil pouco politizado e de baixa combatividade ao modelo capitalista de organização da sociedade. O interesse dessas organizações seria o estabelecimento de parcerias com o Estado e com a iniciativa privada. Em parte, devido à ausência de politização de uma parcela dos seus gestores, trabalhadores e militantes e, também, em função da conveniência em prestar serviços financiados pela iniciativa privada e governos, as Ongs tendem a realizar projetos pontuais, de duração reduzida, baixo potencial transformador de grupos de pessoas e da sociedade, com foco em valores amplos, como a solidariedade, democracia e igualdade. Ainda, a busca empreendida dessas organizações por modelos de captação de recursos e gestão semelhantes aos do mundo corporativo tende a afastar a comunidade da participação ativa na gestão e crítica das Ongs, que costumam optar por estimular a inserção voluntária de pessoas nas suas ações, mas sem incentivar o efetivo envolvimento nos seus processos decisórios e de gestão.

Não se nega a existência de Ongs que se afastam e se opõem ao perfil descrito, como aquelas que combatem e criticam o projeto societal capitalista ou as vinculadas aos movimentos sociais e comunidades de base, que procuram canalizar as reivindicações populares e se contrapor às ações inadequadas e arbitrárias de órgãos e agentes governamentais e das empresas privadas.

É necessário reconhecer que a complexidade e a diversidade de origens, características, áreas de atuação e posicionamento político das Ongs são elementos complicadores para o estudo e a compreensão dessas organizações. Mas não se pode perder de vista que, por meio da realização de pesquisas e da produção de saberes acadêmicos e científicos, há uma oportunidade de apoiá-las na definição de um campo de

atuação e posicionamento político-ideológico menos difuso e mais crítico em relação ao Estado e aos agentes do mercado, particularmente às grandes corporações nacionais e transnacionais.

A visão sobre as Ongs dos educadores e do gestor da Ong Local, examinada nesta pesquisa, parece estar sintonizada com a perspectiva tradicional dessas organizações no Brasil, que tende a considerar que aquilo que define e confere unidade às Ongs é

a iniciativa individual em prol do bem público, a ideia de que os seres humanos têm a capacidade e a obrigação de agir por autoridade própria, a fim de melhorar suas vidas e as dos outros, assumindo as rédeas para fomentar o bem-estar geral. (SALAMON, 2005, p. 92).

Essa concepção de Ong tende a enfraquecer o potencial dessas organizações de mobilizar pessoas para a participação ativa nos processos de gestão das próprias Ongs e de órgãos governamentais. Isso porque a visão de Ongs como organismos capazes de harmonizar e minimizar as disputadas políticas e econômicas em nossa sociedade tende a se constituir em um instrumento de manutenção da ordem social, regida por interesses do capital, visto que

em uma sociedade tão marcadamente desigual, se o conflito não é parte constitutiva da política, as classes subalternas jamais terão a oportunidade de alterar as diferentes assimetrias existentes. (NAVARRO, 2002, p. 197).

Essa perspectiva parece estar em contradição com o trabalho de mobilização de pessoas e incentivo à gestão da democrática da Ong Local. Sobre a possível contradição o Educador A afirmou:

é possível harmonizar a ideia de Ongs que prestam serviços, como a nossa Ong Local, com a participação democrática da população em sua gestão. A gente acredita que a

comunidade deve participar ativamente de tudo o que diz respeito à região (localidade), seja da gestão das organizações sociais, dos equipamentos da prefeitura ou do governo estadual. O importante é que eles assumam as rédeas de tudo que diz respeito à comunidade. O nosso papel é prepará-los para isso, que foi o que tentamos fazer nesse processo de educação para se integrarem à gestão da Ong Local. (Educador A, Entrevista Semidiretiva, 2013).

A declaração acima reforça que os educadores e o gestor da Ong Local nortearam suas ações comunitárias por uma visão de Ong como organização que se caracteriza por perseguir uma presumida convergência de interesses de segmentos sociais distintos, ainda, como lócus de oferta de serviços à população, preferencialmente, em parceria com organismos governamentais e instituições privadas.

Na próxima seção, discutimos a segunda dimensão que foi analisada, que é a abordagem de educação comunitária adotada pelos sujeitos participantes da pesquisa.

Concepção de Educação Comunitária

A Educação Comunitária (EC) é um campo de saberes e práticas socioeducativas multifacetado, complexo e, de forma análoga ao debate acerca das Ongs, observa-se um conjunto significativo de contradições entre os teóricos e profissionais que atuam nessa área. Os três participantes desta pesquisa manifestaram uma reflexão estruturada sobre o tema.

A educação comunitária é algo que tem antecedentes históricos e tem a ver tanto com práticas educativas libertárias quanto com atividades dedicadas ao controle da população. E isto é válido para o Brasil e para outros locais da América Latina. É preciso que se tenha muito cuidado ao selecionar os autores, as metodologias e as formas de trabalhar com a comunidade, para não recair em práticas típicas, por exemplo, de grupos

autoritários... ditatoriais, entende? (Gestor da Ong Local, Entrevista Semidiretiva, 2013).

O Educador B apresentou uma abordagem convergente com aquela do gestor da Ong Local, com pequenas diferenças: A educação comunitária é ampla e pode ser praticada em movimentos sociais, igrejas e empresas. Cada uma dessas organizações tem uma lógica de funcionamento e uma posição na sociedade que interfere no trabalho com a comunidade (Educador B, 2013).

Os participantes da pesquisa entendem que adotaram, no caso estudado, práticas de educação comunitária adaptadas e em acordo com a realidade das Ongs e, ainda, que estavam adequadas ao estímulo do engajamento dos cidadãos com o próprio processo de aprendizagem. Na entrevista coletiva se registrou o seguinte consenso:

Nós concordamos, desde o início, quando a diretoria da Ong Local definiu que abriria a gestão para a comunidade, que o trabalho de ensinar e, também, aprender com a comunidade, a se apropriar de uma organização como esta, teria que ser desenvolvido como sempre se fez nos movimentos sociais, inspirados por Paulo Freire e, ao mesmo tempo, usando metodologias educativas ativas e vivenciais, que estimulassem as pessoas a perceberem que deviam, digamos assim, se ajudar. O que concluímos era que a comunidade tinha que perceber que assumir a gestão da Ong Local ajudaria a ela mesma na solução de muitas dificuldades que vivencia na relação com o poder público. Enfim, eles precisavam notar que poderiam usar a Ong como parte da transformação de toda a comunidade e da vida de cada um. Avaliamos que era mais que envolver as pessoas com a Ong. (Educador B, Entrevista Semidiretiva, 2013).

O posicionamento dos participantes do estudo parece adequado ao identificarem as origens e indicarem o caráter multifacetado da educação comunitária, que ganhou força

a partir da década de 1960, impulsionada pelos movimentos sociais que lutavam por transformações político-culturais e alcançaram diversos países, em especial, na África e na América Latina. No Brasil, ficou bastante forte a percepção de que a EC estaria vinculada historicamente a práticas promovidas por setores da esquerda política. Entretanto, essa modalidade educacional foi utilizada durante a ditadura civil-militar, iniciada na década de 1960, por seguidos governos e promovida por grupos das elites dominantes, como forma de controlar e docilizar as populações pauperizadas, de modo a reduzir as possibilidades de contrainsurreição popular, em relação ao regime autoritário.

De acordo com Jair Militão (1996), há numerosos exemplos brasileiros dessa apropriação conservadora da educação comunitária, como o Projeto Rondon e as Unidades de Educação e Ação Comunitária no Vale do Ribeira, em São Paulo. Segundo Gadotti (2001), a EC sempre foi marcada pela diversidade e vista como uma prática em si mesma de modo descontextualizado e, por isso, não pode ser avaliada de modo global como positiva ou negativa. O autor destaca a multiplicidade de organismos envolvidos na promoção dessa modalidade educacional e as características de suas práticas:

em geral, as iniciativas chamadas comunitárias estão envolvidas com organismos ligados às igrejas, aos movimentos sociais e populares ou empresas e passaram por muitas transformações, indo da prática assistencial à prática revolucionária. (GADOTTI, 2001, p. 12).

Alguns setores da Igreja Católica, relacionados principalmente à Teoria da Libertação, incentivaram o desenvolvimento de experiências ligadas a EC, tendo como referencial teórico os pressupostos do educador Paulo Freire. Seguiram a mesma perspectiva,

alguns sindicatos e associações de trabalhadores, movimentos sociais e comunidades de base que lutaram contra o regime militar. Essas iniciativas fizeram o contraponto às ações governamentais citadas anteriormente.

Os participantes da pesquisa identificaram a multiplicidade de práticas e as possibilidades de uso político dos processos educativos comunitários. Ainda, perceberam que há diversas abordagens de EC, mas não emergiu das entrevistas e questionários um delineamento explícito dos seus possíveis tipos. Haveria, de acordo com os sujeitos do estudo, uma modalidade de EC identificada com Freire e outra vinculada com projetos conservadores de organização societal. Na literatura, observa-se o registro de três tipos principais de EC que são, conforme Militão (1996):

a. *Educação comunitária para a contrainsurreição* – influenciada pela divisão global que se efetivou após a Segunda Guerra, entendia, como sendo o grande conflito das sociedades da época, a luta entre os blocos mundiais hegemônicos. Atuava no sentido de evitar o avanço da ameaça comunista e contra a organização de grandes contingentes populares para questionar o *status quo*. Era amplamente apoiada por recursos financeiros e logísticos dos governos militares. Perdeu força com a queda do regime autoritário e com o fim da Guerra Fria, mas parece manter suas práticas até os dias atuais bastante vinculadas a uma postura política e a uma prática educacional conservadoras.

b. *Educação comunitária enquanto movimento de libertação* – compreendida como instrumento de organização e luta das populações oprimidas contra o regime civil-militar e suas arbitrariedades e ações que violavam os direitos humanos. A referência principal era Paulo Freire.

“Esse tipo de educação comunitária organizou-se, muitas vezes, em torno de movimentos especializados, tais como: reivindicação de creches, reivindicação de equipamentos de habitação e saúde, crianças abandonadas, mulheres etc.” (Militão, 1996, p. 16). A denúncia dos conflitos e diferenças entre enriquecidos e pauperizados, classe trabalhadora e burguesia foi uma constante. O objetivo era apoiar a tomada de consciência das condições de subordinação e a necessidade de transformação da realidade pelos trabalhadores e populações empobrecidas de modo geral.

c. Educação comunitária como autoajuda – tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Tende a minimizar os conflitos entre os segmentos sociais, em nome do trabalho de todos em prol do bem comum. Considera-se que todas as pessoas de uma comunidade devem lutar para o desenvolvimento local sendo, portanto, corresponsáveis pelo sucesso ou fracasso das ações empreendidas pelos cidadãos. O processo de identificação de problemas e de recursos para sua resolução se constitui no foco do ensino. A educação é percebida como elemento fundamental da vida do homem.

Os participantes da pesquisa, muito provavelmente, rejeitam o que Militão (1996) nomeou “educação comunitária para a contrainsurreição”, justamente por seu caráter conservador. O exame dos dados do caso examinado permite apontar que os educadores e o gestor da Ong Local adotaram abordagens relacionadas à educação enquanto movimento de libertação e como autoajuda comunitária. O depoimento abaixo ilustra essa tentativa de harmonizar os dois tipos de educação comunitária:

A nossa grande preocupação era adotar certos princípios freireanos, contribuindo para que as pessoas da comunidade passassem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica acerca dos condicionantes das suas condições de vida. Em seguida, o nosso desejo era que eles se envolvessem com a Ong Local, de modo que ela fosse apropriada pelas pessoas e, quem sabe, viesse a se tornar um instrumento que as ajudasse a se responsabilizarem pela solução dos seus problemas. (Educador A, Entrevista Semidiretiva, 2013).

A tentativa de articular diferentes modalidades de EC, realizada pelos sujeitos da pesquisa, encontra reflexo na literatura acadêmica, isso porque Militão sinalizou para a existência de grande relação entre as práticas das Ongs e movimentos sociais e da EC, como autoajuda e alguns aspectos dessa Educação enquanto movimento de libertação. De fato, a visão dos educadores voluntários do estudo sinaliza para uma tentativa de aproximar essas duas modalidades de EC, o que confirma a percepção de Militão. Muito provavelmente, no caso em tela, a adoção de duas concepções e dois tipos de EC se deveu, por um lado, ao fato de a EC, como autoajuda, ter forte sintonia com a visão de Ong assumida pelos participantes do estudo e, por outro lado, em função de ela, enquanto movimento de libertação, ter em Paulo Freire o seu principal teórico, o qual inspirou a visão e concepção de gestão democrática adotada pelos profissionais da Ong Local, que será apresentada na seção seguinte.

Concepção de Gestão Democrática

Nesta seção, são discutidos os dados relativos à concepção de gestão democrática adotada no processo de mobilização e educação comunitária para a participação dos cidadãos na gestão da Ong Local. Conforme mencionado anteriormente, foi considerada a visão dos educadores sociais e gestor da Ong, que

planejaram e executaram o processo educativo. Na primeira fase da recolha de dados, os sujeitos da pesquisa esclareceram que:

Desde o começo, o que se buscou foi trabalhar a ideia da gestão democrática, fazendo um paralelo com a instituição escolar. Procuramos práticas escolares de gestão participativa que servissem de norte daquilo que pretendíamos alcançar na Ong Local. Essa opção teve duas razões: a primeira foi por conta de a população já ter alguma familiaridade com gestão democrática em escola, ainda que de forma bastante introdutória. Acreditamos que seria mais fácil para as pessoas assimilarem o que pretendíamos. Já a segunda razão diz respeito à própria natureza da Ong Local, que sempre atuou no campo educacional, atendendo crianças e adolescentes. Então, pareceu natural para uma Ong da área educacional, ainda que não fossemos uma instituição escolar, caminhar em direção a modelos de gestão democrática do campo educacional, que é o espaço em que já há experiências exitosas, nas quais pudemos nos espelhar. (Gestor da Ong Local, Questionário, 2013).

Durante a entrevista coletiva, o educador B complementou as indicações do gestor da Ong Local:

O que notamos é que uma Ong como a nossa, dedicada a oferecer a crianças e jovens uma experiência educacional de alta qualidade, não poderia continuar com a gestão centralizada. Se nós educamos jovens para a autonomia e tomada de decisão, nada mais justo que a própria Ong fosse um espaço de experimentação comunitária nesse sentido. (Educador B, Entrevista Semidiretiva, 2013).

De fato, conforme sinalizaram os voluntários da pesquisa, a gestão educacional democrática tem como princípio a promoção da descentralização de poder, de modo que as decisões sobre os aspectos financeiros, administrativos e pedagógicos de uma instituição não permaneçam unicamente sob a responsabilidade de um gestor ou grupo

diretivo (PARO, 2002). Pretende-se, nesse modelo de gestão, que o processo decisório conte, também, com a participação dos membros da comunidade. Nessa perspectiva, a coordenação ou chefia realizada por poucos indivíduos é substituída pela noção de “gestão” ou “administração coletiva”. Essa modalidade de gestão tem o objetivo de garantir que os atores envolvidos com o cotidiano de uma instituição educacional exercitem o direito de participação do cidadão.

Os educadores e gestor da Ong Local destacaram que, a despeito de não atuarem em uma unidade escolar formal, a intencionalidade do processo de mobilização e educação comunitária convergiu para os princípios da gestão escolar democrática. Nesse modelo de vivência da democracia, há estímulo à participação direta e efetiva dos cidadãos nos processos decisórios acerca dos rumos a serem seguidos institucionalmente. Segundo Paro (2002), espera-se que os atores envolvidos se tornem membros capazes de participar ativamente das atividades organizacionais, aproximando a família e os educandos de questões diversas da unidade educacional, que deixa de ser percebida como um “corpo estranho” na comunidade. Essa visão parece estar no centro do que pretendiam os profissionais da Ong Local:

Nós esperávamos que a Ong passasse a ser parte da vida das pessoas dessa comunidade, por meio do envolvimento de pais, jovens, crianças e daqueles que apenas vivem por perto. O nosso objetivo final era potencializar os moradores do entorno para falar, agir e decidir... a começar pela própria Ong Local. Não queríamos ser como as indústrias que se instalaram nas proximidades e que não tem qualquer conexão com as pessoas daqui. (Educador A, Entrevista Semidiretiva, 2013).

A adoção de uma política de gestão democrática nas instituições educacionais e, também, em uma Ong como essa que examinamos, pode

possibilitar à comunidade o

exercício da voz, de ter voz, de gerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania, se acha em relação direta, necessária, com a prática educativa progressista. (FREIRE, 2003, p. 73).

Os dados recolhidos em campo permitem afirmar que existem semelhanças entre os objetivos do processo de mobilização e educação comunitária, vivenciados na Ong Local, e a visão da gestão educacional democrática que foi adotada. É possível apontar como objetivos e princípios em comum: descentralização de poder; construção da cidadania; participação política, cidadã e de forma integral; desenvolvimento da autonomia e construção do questionamento crítico.

Outro aspecto que marcou fortemente a experiência da Ong Local e a visão de gestão democrática dos seus educadores e gestor foi o uso de eixos norteadores inspirados nos escritos do educador Paulo Freire, a saber: a politicidade, a dialogicidade e a horizontalidade. O gestor da Ong afirmou que:

Desde o início, a proposta foi que a participação de cada pessoa na gestão comunitária e democrática da Ong seria marcada pelos três pilares freireanos. Então, nós tratamos esses pilares como sendo muito mais que um jeito de fazer educação. Eles passaram a compor os princípios da gestão da Ong Local. E todos da comunidade que participaram se empolgaram e apoiaram muito nossa proposta. Assim, tanto a mobilização e educação da comunidade quanto à própria gestão da Ong passaram a ser guiadas pelas ideias de politicidade, dialogicidade e horizontalidade. (Gestor da Ong Local, Entrevista Semidiretiva, 2013).

Para Freire (2003), a politicidade se refere à realização de uma prática educativa dedicada a estimular os educandos, membros das chamadas “classes subalternas”, a refletir sobre os aspectos condicionantes da sua

realidade socioeconômica, cultural e política e, principalmente, atuar com vistas à construção de uma sociedade igualitária, sem excluídos ou explorados. Os educadores da Ong Local, inspirados por Freire, reconheciam a ausência de neutralidade de suas atividades de educação comunitária. Segundo esses profissionais, o objetivo era educar a comunidade para a participação democrática, inicialmente na própria Ong e, após, em outros espaços, em particular, aqueles relacionados ao poder público e que afetam os destinos comunitários, como: reuniões do orçamento participativo do município, conselhos gestores de equipamentos públicos de saúde, educação, assistência social etc.

A dialogicidade no ato educativo, em conformidade com Freire (1983), diz respeito a uma postura dialógica por parte do educador, que deve orientar o seu trabalho para o estabelecimento de nexos, relações e diálogo entre ele, o educando e o objeto de conhecimento, com vistas ao engajamento de indivíduos e grupos na luta por transformações em sua comunidade e no conjunto da sociedade. O caráter político e dialógico da educação proposta por Freire era reafirmada por intermédio da noção de horizontalidade (FREIRE, 1981), que aponta para a necessidade de construção de relações igualitárias e humanísticas entre todos os participantes do processo educacional, com especial atenção para a valorização da cultura, dos modos de ser, agir e falar dos educandos.

Os dados recolhidos em campo indicaram que o processo de ensino e aprendizagem, conduzido pelos profissionais da Ong Local, foi construído para promover as relações interativas entre os participantes e destes com os educadores em um contexto de igualdade e horizontalidade, orientado para a construção coletiva dos saberes associados às possibilidades de gestão democrática da Ong. Ainda, buscou-se estimular a comunidade a refletir e planejar possíveis práticas de gestão

da Ong em tela que conduzissem as suas ações e projetos socioeducacionais para o enfrentamento das dificuldades observadas na comunidade e no grupo social em que os participantes encontravam-se inseridos.

A visão de gestão apresentada pelos sujeitos buscou articular concepção de gestão escolar democrática com conceitos educacionais de Paulo Freire. Ao final do processo educativo da comunidade para o engajamento na gestão democrática da Ong Local, foram realizadas simulações de situações-problema sobre a gestão da organização e, por fim, foi elaborado um plano de gradual inserção de moradores da localidade nos processos de gestão da Ong, que deveria conduzir, ao final de um ano, a implantação plena da gestão democrática da organização.

Considerações finais

Ao final, é possível afirmar que os educadores sociais e o gestor da Ong Local apresentaram uma visão de Ong e concepções de educação comunitária e gestão democrática que possuem pontos de convergência significativos e, em alguns aspectos, contraditórios.

A visão de Ong adotada pelos sujeitos da pesquisa é aquela corrente no país, fortemente influenciada pelas alterações políticas e econômicas vivenciadas em fins do século XX, o que fez com que essas organizações adotassem um perfil marcado pela baixa politização e por ações orientadas para a minimização dos embates entre diferentes segmentos sociais e pela busca de harmonização dos interesses de grupos tão distintos como as classes empobrecidas e o empresariado.

Essa abordagem de Ong parece estar em contradição com parte significativa da perspectiva de gestão democrática, que foi adotada no caso estudado, a qual indicava para uma tentativa de fortalecimento das pessoas e do coletivo comunitário para a luta por seus direitos e pelo engajamento em atividades de

participação ativa, inicialmente na Ong Local e, futuramente, em espaços participativos da gestão pública governamental.

As contradições entre as abordagens de Ong e de gestão democrática parecem ter tido influência na adoção de duas concepções de educação comunitária, que nortearam o trabalho com a comunidade conduzido pelos profissionais da Ong Local. Uma das abordagens parece estar voltada para o estímulo à autoajuda da comunidade na resolução dos seus problemas econômicos, sociais, laborais e culturais. A outra perspectiva educacional, inspirada por Paulo Freire, se voltava para a mobilização e a organização das classes populares em um esforço coletivo de questionamento da organização societal burguesa e para a transformação social.

À guisa de conclusão, cumpre notar que há uma lacuna nos estudos especializados sobre experiências de estímulo à mobilização e educação comunitária voltadas para gestão participativa em Ongs. Este estudo apresentou características exploratórias da temática e, em função disso, há limitações que não se pode negar e, ainda, parece adequado sinalizar que existe a necessidade de outras produções acadêmicas capazes de confirmar os achados desta pesquisa, por meio do exame dos referenciais teórico-práticos norteadores das ações de militantes e trabalhadores das Ongs, particularmente em processos de mobilização e educação de pessoas das comunidades para o engajamento ativo na gestão das próprias Ongs ou para a inserção em processos participativos governamentais.

Os resultados deste estudo sinalizam para a indispensabilidade e relevância de produzirmos estudos científicos que garantam o registro e a compreensão de experiências de educação comunitária para que os cidadãos façam parte da gestão democrática de Ongs. Esperamos que o conjunto de conhecimentos acadêmicos sistematizados por meio deste estudo estimule a realização ulterior de outras pesquisas sobre o tema.

Referências

ANDRÉ, M. E. D.; LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

_____. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber, 2003.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DOWBOR, L. **A reprodução social – descentralização e participação: novas tendências**. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://dowbor.org>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1981.

_____. **Política e educação: ensaios**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Org.). **Educação comunitária e economia popular**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, Ongs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época).

MILITÃO, J. (Org.) **Educação comunitária: estudos e propostas**. São Paulo: Editora Senac, 1996.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PARO, V. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PEREZ, D. **Formação de professores para Organizações Não Governamentais/Ongs**. 2009. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. Análise das matrizes sobre associativismo civil norteadoras da formação de trabalhadores para Ongs. In: **Revista Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, Ponta Grossa, ano 21, n. 1, p. 53-71, jan./jun. 2013.

SALAMON, L. Estratégias para fortalecimento do terceiro setor. In: IOSCHPE, E. B. (Coord.). **Terceiro setor e desenvolvimento sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: GIFE, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

Submetido em 29 de junho de 2014.

Aprovado em 25 de julho de 2014.